



*Agenda 150 Anos de Memória  
Histórica do Tribunal Bandeirante*

*Homenagem ao  
Desembargador Afonso de Barros Faro*

*21/10/2015*

# ÍNDICE

Clique nas chamadas para ser remetido para a página onde se localiza o texto

DISCURSO - Dr. Afonso de Barros Faro Júnior (Orador em nome do Tribunal de Justiça de São Paulo)

DISCURSO PROFERIDO EM NOME DA FAMÍLIA - Dr. José Augusto de Barros Faro (filho do homenageado)

ENCERRAMENTO - Des. José Renato Nalini (Presidente do Tribunal de Justiça)

A Corte paulista, em cerimônia realizada no Palácio da Justiça, homenageou o desembargador Afonso de Barros Faro, em continuidade à Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante.

A mais recente edição da **Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal de Justiça Bandeirante** homenageou o desembargador Afonso de Barros Faro. O projeto, “apesar da singeleza das cerimônias, reveste-se de grande importância, pois resgata a história do Tribunal de Justiça e perpetua aspectos éticos, positivos e engrandecedores do Poder Judiciário”, ressaltou seu filho, o juiz Afonso de Barros Faro Júnior.

O homenageado nasceu em São Paulo, em 1937 e passou boa parte da infância e da juventude no interior do Estado, em função de ser filho de delegado de polícia. A influência do pai, Gabriel da Silveira Faro, e de seu tio, desembargador Alcides da Silveira Faro, levaram-no a seguir carreira no Direito. Bacharelou-se pela Faculdade do Sul de Minas, turma de 1966, e, antes de ingressar na Magistratura, exerceu a advocacia, foi professor de português e também escrevente do TJSP. Aprovado em concurso público, foi nomeado para a 3ª Circunscrição Judiciária, com sede em Santo André, por decreto de dezembro de 1969, vindo a assumir em janeiro de 1970. Nos anos seguintes julgou nas comarcas de Paulo de Faria, Novo Horizonte e novamente em Santo André, até que foi removido para a comarca da Capital em 1977. Foi promovido para o Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo em 1985 e para o posto de desembargador em 1995, função que desempenhou até seu falecimento, em 2005.

O juiz Afonso de Barros Faro Júnior, foi o orador em nome do Tribunal de Justiça:

O Tribunal de Justiça instituiu, por força da Portaria nº 8.991/14, de seu atual Presidente, Des. José Renato Nalini, o Programa “Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante”, tendo em vista o sesquicentenário do Tribunal de Justiça de São Paulo em 2024. Tal projeto está sob a competentíssima batuta do Des. Ricardo Dip, designado coordenador pela Portaria nº 9.010/14, assessorado pelo diligente e dedicado Juiz Assessor da Presidência, Ricardo Scaff, e eficiente equipe de servidores da Secretaria da Presidência.

Visa o programa recuperar e preservar a memória de nosso Tribunal, prestes a completar 150 anos de existência. Há muita história a lembrar e, infelizmente, como sabemos, cuida-se de um hábito pouco cultivado em nosso país.

De qualquer forma, a humanidade sempre se preocupou com o passado, variando de um povo para outro o quanto isto é relevante.

Tão profundamente nos focamos nisto que retroagimos nossos olhares não só para os diferentes períodos da história, mas para muito antes, perquirindo sobre os primórdios da sociedade e, mais ainda, sobre início da existência do homem na Terra.

Tanta energia já gastamos nesta pesquisa que sabemos, de forma praticamente unânime, que estamos em constante evolução e que o universo encontra-se em incessante expansão. Stephen Hawking, inclusive, nos diz e defende a tese de que se o universo está em expansão, é porque teve um início, o Big Bang, uma criação de Deus.<sup>1</sup> Um universo em expansão, diz, não impede que haja um criador e, assim, mistura, talvez moldando uma terceira teoria, o criacionismo e o evolucionismo.

Temos, pois, muitas histórias a contar sobre os mais diversos temas, épocas, pessoas e coisas e este projeto, originado na gestão Renato Nalini, da qual me orgulho em dizer que integrei, ousa contar um pouco da história desta Corte.

O homenageado de hoje é o Des. Afonso de Barros Faro, que já tem o nome dado ao fórum de Bertiooga, meu genitor.

Em nome do Tribunal de Justiça profiro estas palavras em função do generoso e inesquecível ato de

1 “Uma Breve História do Tempo”, pág. 20, Ed. Intrínseca.



seu Presidente, o Eminentíssimo Des. Renato Nalini, marcando, de forma indelével, em minha memória, inclusive e especialmente a emocional.

Apesar da singeleza da cerimônia, reveste-se de grande significado e importância, pois resgata a história do Tribunal de Justiça e perpetua aspectos éticos, positivos e engrandecedores do Poder Judiciário. Outrossim, mantém-se viva a memória histórica da personalidade homenageada.

Afonso de Barros Faro tomou posse de um dos 132 cargos de desembargador do TJ Bandeirante aos 15.03.95.

Natural de São Paulo, filho de Gabriel da Silveira Faro e de Eunice de Barros Faro, passou boa parte da infância e da juventude no interior do estado, em razão de seu pai ser delegado de polícia e assim sofrer inúmeras remoções provocadas pelos descontentes. Apesar disto, não se deixou abalar e permitiu que o amor pelo Direito crescesse dentro de si.

A convivência diuturna com a cultura jurídica de seu pai e seu tio, Des. Alcides da Silveira Faro, talvez tenha sido o incentivo mínimo necessário para que decidisse abraçar, igualmente, a carreira jurídica.

Aliás, parece ter sofrido influência genética também. O irmão de seu pai era o já citado Des. Alcides da Silveira Faro, integrante do nosso Tribunal quando composto por só 36 membros. Alcides e Gabriel, por sua vez, eram filhos de Evangelino de Faro, desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe e seu ex-presidente. Aliás, parece que o mesmo fator genético não poupou não só a mim, como também a meu filho mais velho, Enrique, hoje estudante do sexto semestre do Direito Mackenzie e visível inquestionavelmente vocacionado para as letras jurídicas.

Afonso Faro, seu nome regimental, graduou-se em Direito em 1966, na Faculdade de Direito do Sul de Minas, o que não foi fácil para ele, pois exercia o cargo de escrevente na capital do estado entre 1960 e 1967. Antes, de 1956 a 1960 desempenhou as funções de escriturário.

Nestes períodos também desempenhou o magistério como professor de português, profissão, à época, prestigiosa, bem remunerada e que imprimia diferenciado status social.

Deixou o serviço público e dedicou-se à advocacia antes de ingressar na magistratura, sendo nomeado Juiz Substituto em Santo André por decreto de 29.12.69. Voltou a esta comarca como juiz titular em 1974, após passar pela longínqua Comarca de Paulo de Faria e pela de Novo Horizonte.

Impende ressaltar o profundo comprometimento que tinha com a carreira da Magistratura, paixão que era de conhecimento de todos seus amigos e parentes. Assim, não titubeou em levar consigo toda sua família durante a fase da carreira no interior, esposa e 5 filhos, apesar das vicissitudes com escolas, moradias e remoção de cônjuge. Minha mãe dedicava-se ao magistério público estadual e não lhe era fácil encontrar vagas!

Figurando ainda como órgão de segunda instância do Poder Judiciário Estadual, o Tribunal de Alçada Criminal o recebeu em 26.04.85, no qual desempenhou, então, a jurisdição criminal até março de 1995. Ali iniciou, para ele, talvez a fase mais prazerosa e gratificante, eis que o diuturno convívio com os colegas de Tribunal, na rotina diária de gabinete, na elaboração de votos e estudos aprofundados, permitia-lhe desfrutar ao máximo da atividade profissional mais importante para ele: a distribuição de justiça.

Tribunal operoso, rápido e eficiente, possibilitou, ainda, desfrutar da amizade de pessoas como João Alfredo de Oliveira Santos, Raul Motta, Evilásio Lustosa Goulart, Getúlio Evaristo dos Santos Neto, José Adriano Marrey Neto, José Elias Habice Filho, José Gaspar Gonzaga Franceschini e tantos outros ilustres magistrados.

Promovido a desembargador, ficou no Tribunal até sua morte, abril de 2005, e nesta Casa seguiu à risca sua vocação para proferir votos objetivos e brilhantes, além de equilibrados, e cultivar a simpatia das mais diversas pessoas. Integrou a 6ª Câmara de Direito Público.

Mas na comarca de São Paulo, então entrância especial, ocupou a 10ª Vara Criminal por breve período, removendo-se à 2ª Vara Cível Central, com a difícil missão de ficar no lugar que antes era ocupado pelo saudoso Des. Álvaro Lazzarini.

Talvez seja nesta Vara que consolidou suas qualidades de Juiz sério, probo, equilibrado, seguro de suas decisões, tranquilo e sereno.



E como é habitual falar hoje em dia, produtivo. Muito produtivo, graças à sua rotina diária de estudos e despachos em casa, durante a manhã, e de expediente no fórum, à tarde.

Rigoroso e dedicado, atendia a todos, advogados, partes, funcionários.

Assumiu a 2ª Vara completamente congestionada e atrasada, transformando-a numa das melhores e mais eficientes.

Não me canso de lembrar e repetir, mas talvez muitos não saibam que Afonso de Barros Faro criou um dos primeiros métodos de gestão processual deste Tribunal, e efetivamente o implantou com sucesso.

Tinha lançados todos os processos em uma espécie de planilha, na qual registrava a data da última conclusão. Sabia, portanto, quando o processo demorava a retornar e cobrava explicações do cartório! Não havia processo esquecido em prateleira.

Rudimentar, é claro, mas eficiente para a época.

E mesmo destinando intensa preocupação com a Corregedoria Permanente, nunca descuidou da qualidade. Produzia textos claros, concisos e objetivos, porém inteiros e que esgotavam a matéria. Remanesciam pouquíssimas chances de vitória na apelação.

Tal qualidade me faz lembrar de uma conversa com um ex-presidente do Tribunal, quando já falecido o homenageado. Disse-me que, na sua opinião, não havia colega melhor para se conversar do que o Des. Afonso Faro, porque costumava destrinchar um caso complicado com extrema simplicidade, acuidade e, o mais importante, bom senso!

Antes de atingir o topo da carreira, sujeitou-se a toda e qualquer determinação superior. Sem contestar ou pedir ajuda a terceiro, enfrentou todos os ônus da carreira, rodou o interior e priorizou o trabalho. Era um apaixonado. Magistratura era sua vida e tamanha era sua dedicação que não se aposentou quando podia e manteve sua regular rotina, vindo a adoecer no próprio gabinete aos 67 anos. Socorrido, infelizmente não resistiu dentro da própria UTI do hospital.

Ficou dez anos no Tribunal de Justiça. Integrou a Comissão de Orçamento, foi Vice-Diretor do Gabinete dos Desembargadores e Coordenador da Circunscrição de Santo André.

Como vários colegas nossos, não pretendia, como não o fez, aposentar-se voluntariamente. Iria se sujeitar à inexorável aposentadoria compulsória e, então, desfrutar mais da vida e da família, composta por seus cinco filhos. Ana Lúcia, a mais velha, foi a única que não mostrou vocação pelo Direito. Ana Maria é advogada, e José Augusto e Luciano seguiram carreiras públicas: Promotor de Justiça e Delegado de Polícia. E este orador, que hoje ocupa o cargo de Juiz Substituto em Segundo Grau.

Esta a homenagem que se pode fazer a uma personalidade no Projeto Agenda 150 Anos: o culto ao legado deixado pelo Magistrado; o saber jurídico repartido; a qualidade de seus votos e sentenças; a influência na ética e na moral; a boa fama; a lhanza no trato; o caráter; a simplicidade; enfim, os amigos, as pessoas que aqui estão.

Isto é a história, ainda que pouca, aquela história dita no início deste texto, e tão extensa quanto complexa.

Agradeço, então para finalizar, aos Exmos. Des. Renato Nalini e Ricardo Dip, pela enorme honraria da designação do nome como orador pelo Tribunal de Justiça e pela homenagem inesquecível e emocionante a meu pai.

Em nome da família discursou o promotor José Augusto de Barros Faro, filho do homenageado, que falou sobre o legado e o caráter de seu pai. “Desbravou o interior com muito amor e dedicação à Magistratura, com vontade de fazer Justiça”, disse. “Meu pai é meu modelo, meu herói”, concluiu.

Ao encerrar a solenidade, vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Eros Piceli, afirmou: “O Tribunal de Justiça foi forjado por grandes nomes, homens dos quais não podemos nunca nos esquecer”. “Ao lembrar-nos deles fazemos com que renasçam e continuem vivos em nossos corações”.



À solenidade compareceram, também, o presidente da Seção de Direito Criminal do TJSP, desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco; o presidente da Seção de Direito Público, desembargador Ricardo Mair Anafe; o coordenador da Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante, desembargador Ricardo Henry Marques Dip; o ex-vice-presidente do TJSP, desembargador José Gaspar Gonzaga Franceschini; o vice-presidente do Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal da Associação Paulista de Magistrados, desembargador Renzo Leonardi, representando o presidente; o juiz assessor da Presidência da Seção de Direito Privado do TJSP, Décio Luiz José Rodrigues, representando o presidente; os juízes assessores da Presidência do Tribunal Deborah Ciocci, Ricardo Felicio Scaff, Alexandra Fuchs de Araújo, Fabio Eduardo Basso, Fernando Awensztern Pavlovsky, Fernando Figueiredo Bartoletti, Kleber Leyser de Aquino, Maria de Fatima Pereira da Costa e Silva, Maria Fernanda de Toledo Rodovalho, Mario Sérgio Leite e Paulo Antonio Canali Campanella; a presidente do Comitê de Ação Social e Cidadania (CASC) do TJSP, Maria Luiza de Freitas Nalini; o presidente da Comissão de Resgate da Memória da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, José de Ávila Cruz, representando o presidente; o delegado chefe da Assessoria Policial Civil do TJSP, Fábio Augusto Pinto; a oficial de registro civil de São Vicente, Ana Paula Goyos Browne, representando a Arpen/SP e a Anoreg/SP; o chefe de gabinete da Presidência do TJSP e decano da Academia Paulista de Letras, poeta Paulo Bomfim; a viúva do homenageado, Vilma Bahdur Faro; seus filhos Ana Maria de Barros Faro e Luciano de Barros Faro; a nora Darlene Faro; os netos Enrique, Tiago e Ana Flávia; demais desembargadores, juízes, servidores, amigos e familiares.

